

Diversidade e desigualdade em um contexto de fragmentação socioespacial: avanços e recuos

Diversity and inequality in contexts of socio-spatial fragmentation: advances and retreats

Diversité et inégalité dans un contexte de la fragmentation socio-spatiale: avancees et retraites

Angelo Serpa
Universidade Federal da Bahia
angserpa@ufba.br

Resumo

O artigo busca problematizar a relação dialética entre diversidade e desigualdade em uma perspectiva geográfica e em um contexto de fragmentação socioespacial. Parte-se da premissa de que pensar em diversidade social remete às particularidades do social, enquanto refletir sobre desigualdade social requer, em termos mais gerais, uma análise da estrutura social. Em um primeiro momento, e a partir de dados de pesquisa realizada pela ONG britânica OXFAM Brasil e da divulgação do relatório “A distância que nos une – Um retrato das desigualdades brasileiras”, em 2017, diversidade e desigualdade são articuladas enquanto categorias para a reflexão sobre conquistas e retrocessos no contexto brasileiro. A seguir, a categoria “classe social” vai ser operacionalizada para refletir sobre o empreendedorismo popular em bairros e cidades do estado da Bahia, a partir da sistematização de dados de nossas próprias pesquisas. Por fim, busca-se aprofundar a discussão sobre o processo de fragmentação socioespacial nos diferentes recortes e escalas abordados bem como sobre a possibilidade de ação política em um contexto adverso de fragmentação.

Palavras-chave: Diversidade, desigualdade, fragmentação socioespacial, classe social, ação política, Bahia, Brasil.

Abstract

The article aims to discuss the dialectical relationship between diversity and inequality in contexts of socio-spatial fragmentation through a geographical perspective. We start from the premise that thinking about social diversity refers itself to the particularities of the social phenomenon whilst reflecting on social inequality requires, in broad terms, an analysis of the social structure. Initially, based on research results by the British NGO OXFAM Brazil and their report "The

distance that unites us: an overview of Brazilian inequalities", we sought to articulate inequality and diversity as categories to reflect on the Brazilian context, its achievements and setbacks. Next, based on the systematized data of our own researches, we operationalized the category "social class" to meditate on popular entrepreneurship in various neighborhoods and cities in Bahia, Brazil. Ultimately, we tried to deepen the discussion about the process of socio-spatial fragmentation in the different spatial scales addressed and to reflect on the possibilities of political action in adverse contexts of fragmentation.

Keywords: Diversity, inequality, socio-spatial fragmentation, social class, political action, Bahia, Brazil.

Résumé

L'article cherche à problématiser la relation dialectique entre diversité et inégalité dans une perspective géographique et dans un contexte de fragmentation socio-spatiale. En partant du principe que la réflexion sur la diversité sociale renvoie aux particularités du social, tandis que la réflexion sur l'inégalité sociale nécessite, en termes plus généraux, d'une analyse de la structure sociale. Initialement, sur la base des données de recherche de l'ONG britannique OXFAM Brésil et de la publication du rapport «La distance qui nous unit - Un portrait des inégalités brésiliennes», en 2017, la diversité et l'inégalité sont articulées en tant que catégories de réflexion sur les réussites et les échecs dans le contexte brésilien. Ensuite, la catégorie «classe sociale» sera opérationnalisée pour réfléchir sur l'entrepreneuriat populaire dans les quartiers et les villes de l'État de Bahia, basé sur la systématisation des données issues de nos propres recherches. Enfin, nous cherchons à approfondir la discussion sur le processus de fragmentation socio-spatiale dans les différents découpes et échelles abordées ainsi que sur la possibilité d'une action politique dans un contexte de fragmentation adverse.

Mots-clés: Diversité, inégalité, fragmentation socio-spatiale, classe sociale, action politique, Bahia, Brésil.

Introdução: Balizando a discussão conceitual

Esta é uma reflexão que explicita um dilema para a Geografia. O dilema entre o particular e o geral, o conjuntural e o estrutural. Porque pensar em diversidade social remete às particularidades do social, enquanto refletir sobre desigualdade social requer, em termos mais gerais, uma análise da estrutura social. E, para a Geografia, trata-se de pensar e explicitar também (e sobretudo) a dimensão espacial dos processos sociais, o que impõe uma reflexão sobre como diversidade e desigualdade produzem/criam dialeticamente espaço (s).

Ao tratar de diversidade social em nossas pesquisas manejamos conceitos e categorias distintos do que quando assumimos uma abordagem focada na desigualdade social, partindo também de dados e recortes bem diferenciados. Se a diversidade é o foco, nos debruçamos sobre questões e processos de cunho identitário, de afirmação de identidades, associados a conceitos como hegemonia e contra-hegemonia, resistências e insurgências. E conceitos como os de hegemonia, resistência e insurgência são

carregados de significados. Em relação ao conceito de hegemonia, por exemplo, sabemos que este se torna incompreensível se não for acompanhado dialeticamente pelo seu par contraditório, o conceito de contra-hegemonia.

Quero dizer com isso que a análise pode ganhar em densidade dialética se os polos não forem interpretados como “idealidades”, emprestando à reflexão uma contextualização conceitual mais explícita em termos de formação econômico-social e de modo de produção. Afinal, como diria Gramsci, as classes dominantes não dominam apenas pela força, mas também e, sobretudo, por estratégias eficientes de persuasão. Há ademais um embate contínuo entre hegemonias e contra-hegemonias, disputas e lutas simbólicas que se expressam em processos que acabam por embaralhar essas noções nas diferentes conjunturas analisadas. Contra-hegemonias podem se tornar hegemonias e vice-versa, o importante é a análise processual das diferentes conjunturas.

Aliás, as noções de insurgência e resistência também devem ser tratadas de maneira mais explícita enquanto conceitos ou categorias, como categorias, caso sejam pensadas como as diferentes formas de manifestação de contra-hegemonias. Se estivermos falando e pensando aqui resistência e insurgência em termos gerais, então, de fato, as noções representam contra-hegemonias, mas, no detalhe, resistência parece ter um caráter mais conservador que insurgência.

Se partirmos das desigualdades sociais, outros conceitos/categorias emergem na análise, como hierarquia, estrutura social, classes e frações de classe, por exemplo. As diferenças tornam-se passíveis de quantificação e hierarquização, e, sobretudo, de valoração. Ao hierarquizar diferenças e transformá-las em desigualdades a partir da eleição de variáveis quantificáveis, torna-se também possível estabelecer comparações do tipo “melhor” ou “pior”. É interessante perceber que, tendo como ponto de partida a desigualdade, as classes sociais (e suas frações) se tornam obrigatoriamente o foco da análise, como categorias incontornáveis para a reflexão acerca de como produzem/criam espaços de modo desigual e em diferentes recortes/escalas.

E mais uma vez explicita-se o dilema entre conjuntura e estrutura, entre o particular e o geral. Se partirmos das estruturas, do geral, as classes e suas frações vão nortear uma análise socioespacial que pode subsumir outras categorias importantes como gênero, raça/etnicidade etc., base para explicitação de processos identitários que se revelam na maior parte das vezes de modo conjuntural e em escalas mais concretas. Observe-se que o contrário também pode ocorrer, pois uma análise conjuntural, baseada nas subjetividades e nos coletivos “identitários”, como também vem ocorrendo em Geografia, pode da mesma maneira desconsiderar aspectos importantes da estrutura social e as questões de classe envolvidas.

Vários podem ser os recortes/escalas para se pensar a questão aqui posta. Do mundial ao local, do local ao mundial, pode-se partir das diferenças ou das desigualdades para se analisar os processos de produção espacial na contemporaneidade. De modo que falar de avanços ou recuos requer o estabelecimento de recortes específicos, o que coloca o espaço e a Geografia no centro da reflexão, já que definir

espaços de conceituação, como propõe Castro (1995), vai depender do que se pretende tornar visível e explícito em nossas análises. E, de uma maneira geral, é o recorte, o espaço de conceituação, que vai condicionar uma análise mais ou menos conjuntural e/ou estrutural da realidade espacial.

Conquistas e retrocessos, avanços e recuos no Brasil

Nos últimos meses veículos de imprensa no Brasil problematizaram a questão das desigualdades sociais no país, a partir de uma pesquisa realizada pela ONG britânica OXFAM Brasil e da divulgação do relatório “A distância que nos une – Um retrato das desigualdades brasileiras”. Dados estupefacentes mostram que, mesmo com a relativa ascensão social pelo consumo de alguns segmentos da população e o aumento dos gastos com políticas sociais nas últimas décadas – o que pode ser considerado um avanço/uma conquista destes segmentos sociais frente ao Estado –, as desigualdades ainda se manifestam de modo gritante no país.

A carga tributária que incide sobre os mais pobres, por exemplo, é superior àquela que cabe aos mais ricos: os 10% mais pobres gastam 32% de sua renda em impostos, a maior parte pelo consumo de bens e serviços, enquanto que os mais ricos gastam apenas 21%. Ou seja, a carga tributária contribui para o aumento do abismo social entre ricos e pobres, já que o país cobra mais impostos das pessoas físicas que das pessoas jurídicas. Acrescente-se a isso o fato de os impostos sobre a propriedade serem mais robustos para automóveis que para imóveis e heranças e pode-se chegar à conclusão que uma reforma tributária poderia atenuar de modo mais eficiente as desigualdades reinantes no Brasil do que programas sociais como o Bolsa Família, outra conquista dos mais pobres nas últimas décadas. Mas, apesar de tudo e segundo a mesma publicação, “ao longo das últimas décadas, o Brasil reduziu desigualdades ‘a partir da base’” (OXFAM BRASIL, 2017, p. 12)¹.

Os dados da Receita Federal de 2016 são detalhados pela Oxfam Brasil, mostrando que “as pessoas com rendimentos mensais superiores a 80 salários mínimos (R\$ 63.040,00) têm isenção média de 66% de impostos, podendo chegar a 70% para

¹ “Entre 1988 (...) e 2015, reduzimos de 37% para menos de 10% a parcela de população brasileira abaixo da linha da pobreza. Considerando os últimos 15 anos, o Brasil retirou da pobreza mais de 28 milhões de pessoas, ao mesmo tempo em que a grande concentração de renda no topo se manteve estável. O índice de Gini para a renda dos brasileiros – indicador que mede a distribuição de renda na população e que varia de 0 a 1, sendo mais desigual quanto mais próximo de 1 – teve uma queda de 16%, caindo de 0,616 para 0,515 desde 1988. Nesse período, também houve importante expansão de diversos serviços essenciais, e a notável universalização do acesso à educação básica. Fatores que contribuíram para este quadro incluem a estabilização da economia e da inflação, o aumento real do salário mínimo e da formalização do mercado de trabalho, o aumento do gasto social em educação e em programas de transferência direta de recursos” (OXFAM BRASIL, 2017, p. 12).

rendimentos superiores a 320 salários mínimos mensais (R\$ 252.160,00)” (idem, p. 46). Considerando-se as faixas de 3 a 20 salários mínimos, compatíveis com os segmentos médios de renda, a isenção é de 17%, caindo para 9% na faixa de 1 a 3 salários mínimos mensais. “Em resumo, as menores rendas e a classe média pagam proporcionalmente muito mais imposto de renda que os super-ricos” (idem, p. 46).

Mudemos o foco e busquemos analisar alguns dados da Oxfam Brasil relativos às desigualdades de gênero e raça/etnicidade. Ter maior escolaridade para a população negra não significa alcançar os mesmos rendimentos que entre os brancos. Com ensino médio completo, os negros recebem 76% do rendimento médio de brancos na mesma faixa educacional; e, com ensino superior completo, 75% do rendimento médio da população branca. Entre as mulheres, que em geral têm escolaridade superior (8,4 anos de estudo) àquela dos homens (8 anos de estudos), a diferença salarial entre os gêneros é ainda mais acentuada nas mesmas faixas educacionais. Com ensino médio completo, as mulheres ganham 66% do que os homens; e, com ensino superior completo, apenas 63% do que recebem os homens. A mesma situação se repete com negros e mulheres que exercem as mesmas profissões².

Percebe-se que, mesmo com uma análise focada nas desigualdades sociais, a partir do recorte específico da formação econômico-social brasileira, as diferenças de gênero e raça/etnicidade acabam por potencializar as hierarquias presentes na estrutura social. Ou seja, diferença e desigualdade se influenciam e fortalecem mutuamente, o que exige uma articulação constante das categorias analíticas já indicadas na introdução se se deseja explicitar avanços e recuos, conquistas e retrocessos, em relação às diferenças e desigualdades sociais.

Em artigo publicado na revista Piauí, Engelke vai problematizar os paradoxos das políticas identitárias, nos termos aqui colocados aquelas que se baseiam nas diferenças (de gênero, raça/etnicidade etc.), ressaltando a dificuldade de dimensionar a importância das transformações que os movimentos sociais baseados em identidades (ou em alteridades) vêm imprimindo no mundo contemporâneo e focando sua análise nas noções de “lugar de fala” e “apropriação cultural”:

Ninguém que conheça um pouco da história dos movimentos sociais deixará de observar a importância da insubordinação, do

² “Negros e mulheres estão concentrados em carreiras com menor remuneração, e tendem a ganhar menos que brancos e homens mesmo nestas carreiras. Um médico negro ganha, em média, 88% do que ganha um médico branco. No caso de uma formação de menor remuneração com grande participação de negros (...) ainda assim a proporção do rendimento por eles recebido é de 83% em relação ao rendimento médio dos brancos de mesma formação e profissão. No caso de mulheres, as diferenças são mais gritantes. Médicas ganham, em média, 64% dos rendimentos de homens médicos, e mulheres economistas ganham 61% do que ganham, em média, seus colegas homens. Em formações de menor remuneração com grande participação feminina, como letras, mulheres ganham em média 80% do que ganham os homens” (OXFAM BRASIL, 2017, p. 64).

confronto aguerrido, no estabelecimento progressivo do sucesso de suas reivindicações (...) A atuação de movimentos sociais contra-hegemônicos (...), ao se insurgir contra as forças do status quo, leva aos olhos aquilo que era percebido somente como ruído (...), altera a própria definição das fronteiras que separam o “dentro” e o “fora” de uma determinada comunidade política. (...) tal luta não seria um mero complemento que, partindo das margens ou periferias, vem se somar a um determinado conjunto social já dado, mas sim um suplemento, cuja ação modifica a estrutura desse conjunto desde o seu interior (2017, p. 43, grifos no original).

A posição de Engelke coincide com o que defendemos aqui, que as reivindicações identitárias, baseadas na diferença, deveriam ser encaradas como suplemento analítico das lutas de cunho mais estrutural, que se norteiam pelas desigualdades e por categorias como “classe social”. Mas, na prática, as categorias identitárias parecem não convergir para lutas de cunho mais estrutural, subsumindo a ação política que pensa a transformação social a partir do paradigma da “luta de classes”:

A pureza identitária exige um sistema de coerências cujos custos políticos superam os benefícios. É sintomático que boa parte da energia dos grupos identitários seja direcionada contra a própria esquerda – pois é apenas aí, no meio progressista que a retórica e a moral associadas à noção de lugar de fala têm eficácia. Mais ainda, é somente entre uma parcela da esquerda que o imperativo do “Cale-se e subscreva” pode ter alguma aderência. Afora o fato de que a cobrança de submissão incondicional de qualquer potencial aliado trabalha contra a ampliação da base da luta identitária, há ainda a dúvida acerca do próprio caráter dessa aderência (idem, ibidem).

Problematicando a categoria classe social a partir de resultados empíricos

Dados da Secretaria de Assuntos Estratégicos do Governo Federal (SAE) indicam que, na primeira década dos anos 2000, 25 milhões de pessoas passaram a integrar a chamada “classe C”, constituída de famílias com renda mensal *per capita* entre R\$ 291 e R\$ 1.019. 15 milhões de novos postos de trabalho foram criados no mesmo período. Esses dados demonstram, porém, um foco exclusivo na renda, como destacado na publicação *Vozes da Classe Média*, da SAE, levando a certa confusão sobre o que de fato pode ser considerado como “classe média” no Brasil:

No Brasil, esses limites de renda em valores monetários atuais são R\$291 e R\$1.019 por cada pessoa da família ao mês. Isso significa que são considerados membros da classe baixa aqueles com renda familiar *per capita* inferior a R\$291 ao mês; pertencem à classe média os que apresentam renda familiar *per capita* entre R\$291 e R\$1.019; e acima de R\$1.019, à classe alta. De acordo com essa

classificação, hoje, 28% da população brasileira pertence à classe baixa; 52%, à classe média e 20%, à classe alta (SAE, 2012, p. 11).

Ou seja, pode-se inferir que “classe C” é, para sistematização e divulgação dos dados oficiais, tida como homônima de “classe média”. De qualquer modo, é importante observar também, neste mesmo documento, como era de se esperar, que embora os dados oficiais indiquem que houve melhoras no campo brasileiro³, a maior parte da classe C está concentrada nas cidades. Por outro lado, percebe-se que essa propalada ascensão em termos de renda não significou melhora no nível de escolaridade da chamada nova classe C (ou “classe média”), como indica, aliás, a mesma publicação⁴.

Embora o sentido do aumento de renda entre aqueles com baixa escolaridade seja apresentado como algo positivo (o que é compreensível já que se trata de uma publicação oficial), deve-se questionar que considerar classe social como classe de renda de modo estrito oculta mais do que revela os processos sociais, econômicos e culturais em jogo neste contexto de ascensão social relativa. Os dados indicam ainda que aumentou também a participação dos trabalhadores formais e também dos informais como integrantes da classe C⁵. O setor terciário (comércio e serviços) foi aquele que mais contribuiu para a ascensão social dos “entrantes da classe média” (SAE, 2012, p. 29).

Sabemos, no entanto, que o aumento de renda não está necessariamente atrelado a uma ascensão em termos de classe social, já que podemos afirmar, no caso brasileiro, que não se trata de uma emancipação pela escolaridade, mas sim pelo consumo. E o aumento de consumo, por outro lado, é condicionado também por maiores e conjunturais

³ “A proporção de pessoas na área rural que pertenciam à classe baixa, média e alta em 2002 eram, respectivamente, de 77%, 21% e 2%, e, em 2012, correspondem a 52%, 42% e 6%” (SAE, 2012, p. 28).

⁴ “O contingente de pessoas com ensino fundamental incompleto ou sem escolaridade que pertenciam à classe média era, em 2002, inferior ao contingente de brasileiros que pertenciam à classe média naquele ano (34% contra 38%). Já em 2012, após uma expansão líquida de 19 pontos percentuais, o contingente de pessoas com esse nível educacional que pertencem à classe média chega a 54%, acima da proporção de brasileiros que pertencem a essa classe (52% do total)” (SAE, 2012, p. 28).

⁵ “De cada 100 trabalhadores que entraram na classe média, 69% ocupavam postos formais, o que elevou a contribuição dos trabalhadores formais para a classe média de 52%, em 2002, para 58%, em 2012. Já a proporção dos trabalhadores formais que pertencem à classe média passou de 51%, em 2002, para 57%, em 2012, enquanto que, dentre a população em idade ativa no Brasil, o contingente que pertencia à classe média representava apenas 41%, em 2002 e, em 2012, representava 53%. Isso revela uma forte representação da classe média entre os trabalhadores formais. Há que se ressaltar, também, que não foram apenas os trabalhadores formais que se beneficiaram do crescimento recente do país. Em 2002, 38% dos trabalhadores informais pertenciam à classe média e, após uma expansão líquida de 15 pontos percentuais, 52% dos trabalhadores informais já pertencem a essa classe” (SAE, 2012, p. 28).

facilidades de crédito (o que implica/ou em endividamento) e políticas sociais de redistribuição de renda nos últimos anos no país.

Diante desse quadro, um fenômeno se manifestou de modo intenso na primeira década dos anos 2000, nos bairros de perfil popular das cidades brasileiras, já que estes passaram a apresentar habitantes com renda mais elevada, que, mesmo considerados em processo de “ascensão social”, preferiam continuar residindo nessas áreas. Desse modo, essas áreas se tornaram mais complexas e autossuficientes em termos de comércio e serviços, com a multiplicação de subcentros (e sua diversificação) nos bairros populares das cidades brasileiras.

Sabe-se que os bairros populares – em geral populosos e com grande extensão territorial – concentram uma boa parte dos pequenos negócios nas cidades brasileiras. Conforme a Associação Brasileira de Franchising, o crescimento dos pequenos negócios nos anos 2000 relaciona-se com a ascensão de mais indivíduos à classe C, que utilizam recursos próprios para iniciar os novos empreendimentos (BORGES, 2013, p. 1-3).

O sentido de empreendedorismo popular defendido aqui diz respeito à criatividade de indivíduos e grupos em processo de ascensão social nos bairros populares, em diferentes contextos urbano-regionais, criatividade esta expressa e condicionada pela complexificação de centralidades de comércio e serviços e, de modo mais geral, pelos campos da produção e do consumo (incluindo a produção e o consumo culturais). Assim, pode-se supor uma complexificação dos campos da produção e do consumo nos bairros populares das cidades, em diferentes contextos urbano-regionais, o que faz pensar nas trajetórias de indivíduos e grupos na estrutura social, com implicações diretas na produção do espaço urbano e regional (SERPA, 2015a).

Importante para as pesquisas que desenvolvemos nos últimos anos no Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFBA, em bairros populares das três maiores cidades do estado – Salvador, Feira de Santana e Vitória da Conquista, é a ideia de que membros de uma classe ou fração de classe vão construir, nesses bairros, trajetórias como produtores/empreendedores, por um lado, e como consumidores, por outro lado, em função de sua posição na hierarquia dos campos da produção e do consumo: “os produtores são levados pela lógica da concorrência com os outros produtores e pelos interesses específicos associados à sua posição no campo da produção (...) a produzir produtos distintos que encontram os interesses culturais diferentes que os consumidores devem à sua condição e à sua posição de classe” (BOURDIEU, 2007 [1979], p. 217).

Observe-se que “classe social” é aqui compreendida – a partir do pensamento de Bourdieu – como um conceito relacional, “classe social” como condição e posição, conceito cuja operacionalização apresenta também repercussões e implicações espaciais. A discussão aqui proposta ajuda a revelar e esclarecer, por outro lado, transformações profundas no mundo do trabalho, com rebatimentos evidentes nos processos de apropriação do espaço na cidade contemporânea, transformações estas que enfatizam a qualificação como distinção, com profissões mais valorizadas que outras e a consciência de classe se construindo a partir do consumo (do/no espaço).

O conceito de classe social que embasa nossas pesquisas na Bahia remete, portanto, a uma noção de capital que é incorporado pelos indivíduos e grupos sob a forma de capital cultural, capital econômico e capital social: o primeiro como a soma das qualificações intelectuais produzidas pelo sistema escolar ou transmitidas pelas famílias/comunidades, o segundo como a totalidade de recursos patrimoniais e de renda e o terceiro como as relações socialmente úteis (contatos, amizades etc.) que podem ser acionadas por indivíduos e grupos em suas trajetórias nos diferentes campos da estrutura social total.

As pesquisas sobre empreendedorismo popular, desenvolvidas a partir de 2014 e em fase de conclusão, identificaram os núcleos principais de comércio e serviços em seis bairros populares nas três cidades analisadas, mostrando a importância e a pujança da economia popular nos lugares pesquisados, assim como a diversidade do que chamamos de “empreendedorismo popular” no início de nossas pesquisas. Encerrados os levantamentos mais exaustivos dos núcleos centrais dos bairros, das características dos empreendimentos e do perfil de consumidores e empreendedores, foram realizadas também entrevistas de cunho qualitativo com os empreendedores amostrados entre aqueles que responderam aos questionários na primeira etapa das pesquisas. As entrevistas realizadas permitiram afinar o olhar para a caracterização do perfil, da posição/da condição social e da trajetória dos empreendedores entrevistados:

- Muitos entrevistados expressaram a vontade de expandir seus negócios, diversificando suas atividades ou abrindo filiais em outros bairros ou no centro das cidades ou, ainda, em outras cidades das regiões onde atuam;

- São empreendedores que, em sua maioria, sempre atuaram no comércio e nos serviços e expandiram suas atividades a partir de empréstimos bancários ou ajuda de parentes/família, o que denota uma trajetória ascensional nos termos de Bourdieu (2007 [1979]; 2003) na estrutura social;

- Em comum, apesar de pertencerem a gerações/faixas etárias diferentes, nossos entrevistados praticamente restringem seu lazer a atividades com a família, poucos frequentam equipamentos culturais;

- Os entrevistados declararam também que, em caso de necessidade de ajuda, se financeira, recorreriam a um banco ou à família. Também admitiram que como empreendedores têm pouco tempo para os amigos, apesar de declararem ter boas relações com os outros comerciantes e prestadores de serviços nos núcleos onde atuam;

- Os entrevistados demonstram uma inserção continuada nos lugares onde atuam, com fortes vínculos com os bairros, cidades e regiões onde se inserem, construídos através do fortalecimento do capital social (relações de amizade, vizinhança, parentesco etc. socialmente “úteis”) ao longo de suas trajetórias de vida, capital social que será comprometido paulatinamente com a ascensão progressiva na estrutura social;

- As trajetórias dos entrevistados indicam algumas mudanças no tocante aos negócios, seja de estatuto, seja de tipo de produtos/serviços comercializados/oferecidos;

- A maioria tem ensino médio completo, alguns possuem curso superior completo e muito poucos cursaram pós-graduação;

- Em geral, os entrevistados associam classe social à classe de renda (e aos bens materiais que possuem), de algum modo assumindo o discurso oficial da nova “classe média” (SAE, 2012) nos bairros populares de nossas cidades. A maioria demonstrou alguma dificuldade em definir o que é cultura.

As entrevistas realizadas forneceram subsídios para a continuidade das pesquisas e elementos que permitem situar as trajetórias dos empreendedores no tempo e no espaço, possibilitando também inferir que a ascensão na estrutura social dos entrevistados implica em endividamento (foi surpreendente perceber que muitos recorreriam a um empréstimo no banco em caso de dificuldades).

O capital escolar/cultural permanece praticamente inalterado, a continuidade dos estudos na universidade dependendo de um enorme esforço pessoal daqueles que se dispõem a fazê-lo. Ou seja, a ascensão social se dá mais pela inserção no consumo do que por um incremento dos anos de escolaridade ou por participação em eventos e manifestações culturais. Por outro lado, percebe-se também que a inserção pelo consumo interfere na vida de relações sociais dos bairros populares analisados, com o empobrecimento do capital social de empreendedores (lazer restrito, falta de tempo para os amigos e para frequentar equipamentos culturais), em suas trajetórias ascendentes na estrutura social das cidades e regiões onde atuam, com implicações, portanto, na estrutura social dos bairros como um todo.

A continuidade das pesquisas realizadas, entre os anos de 2015 e 2017, em novos bairros, revelou também que a crise econômica no país está sendo fortemente sentida entre os empreendedores entrevistados, inclusive com o fechamento de alguns empreendimentos, o que pode ser considerado um retrocesso, nos termos aqui colocados. Isso contribuiu para um agravamento de suas condições de trabalho, como a falta de tempo livre e a sobrecarga cotidiana, assim como o adiamento de projetos de abertura de filiais ou de continuidade dos estudos.

Nesse contexto, pode-se afirmar que tanto empreendedores como consumidores reúnem exatamente as características elencadas por Jessé Souza para “os batalhadores brasileiros”, que convergem também para as constatações de Pochmann (2012). É uma ascensão de classe predominantemente estruturada pelo aumento da renda, processo fortemente influenciado por fatores conjunturais e, portanto, sujeito à imprevisibilidade e à instabilidade:

Esta classe C seria fundamentalmente uma classe média apenas em virtude de ocupar uma posição intermediária entre as classes A/B e D. Entretanto, ser de fato classe média exige um conjunto de

pressupostos “extraeconômicos” como, por exemplo, controle social do tempo social de classe (o que destoa completamente de nossos entrevistados) para agir na economia de forma realmente calculada e prospectiva. As classes sociais não são definidas apenas pela renda, mas por seu *habitus*, ou seja, um conjunto de pressupostos e condições (vantajosas ou desvantajosas) para a ação social, estruturados por um pertencimento prévio de classe (SOUZA, 2012, p. 304-305).

Afinando o olhar para o processo de fragmentação

Se observarmos com atenção o perfil dos consumidores nos bairros populares analisados em nossas pesquisas, verifica-se que, de modo geral, apresentam baixa renda *per capita* e, na maior parte dos casos, pouca escolaridade. A maioria é moradora do próprio bairro e alega fatores como proximidade e acessibilidade para consumir no próprio lugar de residência. No bairro Brasil, em Vitória da Conquista, por exemplo, chama atenção a presença elevada de consumidores sem renda, correspondendo a 24% do total. Pode-se notar que muitos deles estão desempregados (SERPA; PEREIRA; MUNIZ, 2017).

Fica evidenciado também que, apesar de ter havido uma maior inserção das mulheres no mercado de trabalho nas últimas décadas (POCHMANN, 2012) e muitas entrevistadas afirmarem ser estudantes, é grande o número de consumidoras sem renda e elas representam 84% deste universo. No bairro Brasil, a classe de renda mensal mais frequente é de 1 a 2 salários mínimos. Quanto ao grau de escolaridade dos consumidores, o que se observa é a predominância de indivíduos com o Ensino Fundamental Incompleto e com o Ensino Médio Completo (SERPA; PEREIRA; MUNIZ, 2017).

No bairro de Pernambués, em Salvador, a maioria dos consumidores que responderam ao questionário é também formada por moradores do próprio bairro, sendo a proximidade e a facilidade de acesso os principais fatores que motivam o consumo nos estabelecimentos, dado que pode ser compreendido melhor em conjunto com a informação de que 65% dos moradores do bairro se deslocam a pé até o local de consumo (SERPA; PEREIRA; MUNIZ, 2017).

O fator preços acessíveis foi citado por quase ¼ das mulheres moradoras do bairro, algo não considerado por mais de 90% dos homens, o que pode indicar que mulheres pesquisam mais e estão mais atentas aos preços, uma especificidade de gênero. Mais de 70% do total de consumidores consideram o comércio e os serviços do bairro como bons ou ótimos. 17% dos consumidores que responderam aos questionários estão desempregados. Entre os desempregados estão estudantes, aposentados ou trabalhadores autônomos. Apesar de alguns consumidores não terem declarado a renda, é possível dizer que 47% dos que responderam a essa questão recebem mais do que um salário mínimo, dado que pode ser relacionado à discussão a respeito da “evolução da ocupação na base da pirâmide social”, defendida por Pochmann, indo de encontro à posição do

documento do Governo Federal, “Vozes da Classe Média”, já citado na seção anterior (SERPA; PEREIRA; MUNIZ, 2017).

Esses dados, apresentados aqui de modo breve, servem apenas para evidenciar, além de algumas especificidades de gênero, o que remete à discussão sobre diversidade social, nos moldes como discutido neste artigo, a constituição de circuitos exclusivos de residência e consumo, revelando também um processo de fragmentação socioespacial na escala intraurbana, como descrito por Sposito para outros contextos e recortes. Para a autora, a fragmentação não anula ou substitui a segregação, são dois processos que se sucedem no tempo, sendo o de fragmentação socioespacial mais abrangente e recente:

Tais processos implicam redefinição da centralidade, tanto quanto a refletem. As distâncias entre um ponto e outro, numa cidade progressivamente mais dispersa, dificultam a acessibilidade de todos os cidadãos a todos os espaços urbanos, sendo esta uma das razões, mas não a única, de reafirmação das distâncias sociais. A constituição da centralidade depende, sobremaneira, do ir e vir, do direito ao acesso, como possibilidade e realização, bem como do acontecer efetivo ou simbólico do que é central. À medida que as áreas de consumo de bens e serviços não são as mesmas para todos e que o tempo de deslocamento até elas também é razão de diferenciação, fica mais difícil se elaborar uma representação de centralidade (e, portanto, de cidade) que seja a base da construção de identidades ou de uma memória urbana (SPOSITO, 2013, p. 84-85).

As afirmações de Sposito também podem ser evidenciadas em nossas pesquisas através dos circuitos de lazer frequentados pelos empreendedores nos bairros populares analisados. Em comum, apesar de pertencerem a gerações/faixas etárias e contextos urbano-regionais diferentes, nossos entrevistados praticamente restringem seu lazer a atividades com a família e ao descanso em casa. Com a família, frequentam, quando o tempo livre permite, preferencialmente *shoppings*, cultos e missas, mais raramente a praia ou um clube social no final de semana. Poucos declararam algum interesse por atividades culturais como cinema, teatro ou shows. Em casos mais extremos afirmam que o lazer é descansar em casa para “reabastecer as baterias” das longas jornadas de trabalho enfrentadas em seu cotidiano (SERPA, 2015b).

Os circuitos de lazer aqui mencionados remetem também à questão da apropriação socioespacial do espaço público na cidade contemporânea. Em outras ocasiões (SERPA, 2013) evidenciamos que o que de fato prevalece nos espaços públicos, sejam eles parques ou praias, são os efeitos de segmentação em detrimento dos efeitos de transversalidade, constituindo territórios justapostos que caracterizam uma incipiente ou mesmo inexistente interação entre os diferentes grupos/classes/frações de classe, evitando-se, quase como uma regra, o contato com o “outro”, com o diferente.

A segmentação/segregação pode se dar em termos temporais (apropriação diferenciada do espaço de acordo com uma lógica temporal), em termos espaciais (justaposição de territórios no espaço público de modo sincrônico/simultâneo) ou ainda, simultaneamente, em termos temporais e espaciais. A transversalidade, por outro lado, se impõe sob a forma de estilos de vida e comportamentos normatizados/standardizados, que também impossibilitam as interações espaciais e a manifestação da diferença nos espaços públicos da cidade contemporânea.

De fato, mesmo em um mundo globalizado, no qual tudo parece interagir cada vez mais com tudo, de modo mais ou menos direto, “a não interação dos múltiplos agentes que intervêm em um espaço aparentemente comum, mas não compartilhado realmente, é moeda corrente, em razão das desigualdades sociais, das barreiras culturais ou das separações de ordem funcional e isso em todas as escalas, do local ao mundial” (LÉVI; LUSSAULT, 2003, p. 214).

As barreiras culturais e econômicas resultam de uma dialética entre capital cultural e econômico que vai condicionar processos de segmentação/segregação no espaço público da cidade contemporânea revelando “identidades” baseadas nos modos de consumo do/no espaço: “identidades” em geral esvaziadas de qualquer sentido de política, que vão, por outro lado, colocar em evidência também uma segregação de cunho material e imaterial/simbólico, ocultada pela ilusão de um espaço comum e acessível – em pé de igualdade – a todos.

Os processos de segregação e fragmentação no espaço público da cidade contemporânea vão revelar, finalmente, segundo Baudrillard (1995), um período histórico de “mobilização consumatória”, período no qual é possível se observar que as necessidades não são mais articuladas em função dos desejos ou das exigências particulares dos indivíduos e grupos (classes e frações de classe), mas encontram sua coerência em um “sistema generalizado que é para o desejo aquilo que o sistema do valor de troca é para o trabalho concreto: fonte de valor” (BAUDRILLARD, 1995, p. 135).

Despolitizado e segregado/fragmentado, o que chamamos hoje de espaço público é, em última instância, também objeto de consumo e expressão de modismos, espaço do lazer e da diversão de indivíduos, grupos/classes e frações de classe que dele se apropriam de modo territorializado e segregacionista, reforçando o processo de fragmentação socioespacial como uma imagem-síntese da dialética entre diversidade e desigualdade.

Uma última digressão: Que ação política em um contexto de fragmentação?

Sennett (1998) afirma que o espaço público e a política só podem ocorrer e se realizar onde os muros e as paredes não dominam. E é claro que muros e paredes aqui não têm só um sentido físico. Os muros simbólicos são, aliás, muito mais eficientes, pois

legitimam os limites identitários que excluem o diferente e inviabilizam a expressão (e a negociação) das diferenças em contato, em interação, em conflito e em disputa. Como superar as categorias território e espaço público em um sentido dialético para garantir a expressão da diferença, como negociar a diferença sem sobrecarregar o outro de minha identidade? Essa é a questão para Sennett.

A dialética é, portanto, da identidade e da diferença e como essa dialética se expressa em uma esfera que se quer pública e processual. Segundo Sennett, a impessoalidade não tem valor negativo, é uma pré-condição para o estabelecimento dessa dialética. Impessoalidade quer dizer: controle emocional, negação do culto ao ego e à personalidade (individual e coletiva/territorial) e autodistanciamento; seriam esses, na visão do autor, os antídotos para o excesso de intimidade e de emoção que extrapolaram os limites do indivíduo e criaram comunidades "emocionais", contra a cidade e o espaço público, em suma, contra qualquer possibilidade de política nos termos como ele propõe.

Não há possibilidade de política em espaços psicomórficos, onde os limites identitários se sobrepõem e justapõem territórios fechados, limitados psicológica e emocionalmente. É por isso que o bairrismo e o cosmopolitismo se opõem e a cidade não existe verdadeiramente se fragmentada em bairros fechados em sua identidade e contra a cidade. Por outro lado, a cidade é um conjunto de bairros diferentes e essa diferença precisa sempre ser negociada e disputada, há aí o tempo todo diferenças e identidades em disputa, em jogo, mas em que espaços (públicos, políticos) se negociam essas disputas? Essa é a questão. Onde os muros e os limites (físicos e simbólicos) imperam, esses espaços simplesmente desaparecem!

Lefebvre (1991; 2000; 2004) percebeu que na fase crítica do capitalismo é a esfera da reprodução que sustenta a sobrevivência do sistema, que as "lutas" agora se dão mais nos lugares de residência/lazer que nos lugares de trabalho, daí a ideia de direito à cidade, do "espaço" como dimensão central para a sobrevivência do modo de produção: o sistema se sustenta, propaga e amplia com base nas relações de reprodução. E as possibilidades de criação de novas "necessidades", a partir de sonhos e desejos capturados são bem amplas na esfera da reprodução: o sonho da casa própria, do primeiro automóvel, da máquina de lavar etc. (sem esquecer do consumo de "objetos culturais").

Mas, nesse contexto, o sistema permanece intacto também pelas necessidades criadas por grupos, comunidades ou territórios alternativos/resistentes e/ou insurgentes. E, inclusive, há novas necessidades de consumo geradas por esses grupos bem como empresas que se especializam nessas necessidades: cosméticos para a classe média negra, roupas e acessórios para *hiphoppers* e capoeiristas, produtos orgânicos para aqueles que se declaram vegetarianos e naturalistas etc. Lembre-se com Harvey (2005) que não há diferença que não possa ser capturada como mais valia relativa pelo capitalismo. Essa é a dialética entre identidade e diferença já mencionada aqui: a diferença que se deixa

capturar como "sonho de consumo" e se torna identidade, não de cidadãos, mas de consumidores. Trata-se de defender privilégios ou de perseguir direitos?

Em determinadas conjunturas, a comunidade e o território "se fecham" contra o "sistema", que permanece intacto estruturalmente, já que são justamente as "necessidades" criadas na esfera da reprodução que transformam esse fechamento em lucro. Ou seja: sem política, sem espaço público, o que há é captura conjuntural dos desejos e dos sonhos de indivíduos e grupos. E aí vemos também de modo muito claro que essas estratégias de persuasão são sempre mais eficientes para a manutenção do sistema que a dominação pela força bruta, embora quando isso seja necessário também venha para a ordem do dia (e as cidades brasileiras, nos últimos anos, são testemunhas cabais desses fatos).

Se for verdade que as identidades (étnicas, de gênero, de classe, regionais, territoriais, nacionais etc.) pululam no mundo contemporâneo, que elas são dinâmicas e processuais e não estáticas, então se faz necessário que haja espaços onde essas identidades possam se confrontar, explorar e negociar suas contradições, ou seja, "espaços públicos" reais e concretos. Porque, senão, o que temos são identidades sociais e espaciais concebidas pelo Estado (em todas as suas escalas) que, em geral, não correspondem às experiências identitárias das populações dos bairros, das cidades, dos países, dos territórios e regiões institucional e oficialmente demarcados.

Referências

- BAUDRILLARD, J. Para uma crítica da economia política do signo. Rio de Janeiro: Elfos Ed.; Lisboa, Edições 70, 1995.
- BORGES, C. Expansão da classe C impulsiona o comércio em bairros populares. *Jornal A Tarde*. Salvador, 28/4/2013, p. 1-3.
- BOURDIEU, P. A Distinção - crítica social do julgamento. Porto Alegre: Zouk, 2007 [1979].
- BOURDIEU, P. A economia das trocas simbólicas. 5. Ed. 1ª Reimpressão. São Paulo: Perspectiva, 2003.
- CASTRO, I. E. de. O Problema da Escala. In: CASTRO, I. E. de (Org.); GOMES, P. C. C. (Org.); CORRÊA, R. L. (Org.). *Geografia: Conceitos e Temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p. 117-140.
- ENGELKE, A. Pureza e poder. Os paradoxos da política identitária. *Piauí*, n. 132, p. 40-45, setembro de 2017.
- HARVEY, D. A produção capitalista do espaço. São Paulo: Annablume, 2005.
- LEFEBVRE, H. A Revolução Urbana. 2. Reimpressão. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2004.

- LEFEBVRE, H. La production de l'espace. 4e édition. Paris: Anthropos, 2000.
- LEFEBVRE, H. O direito à cidade. São Paulo: Editora Moraes, 1991.
- LÉVY, J; LUSSAULT, M. Dictionnaire de la Géographie et de l'Espace des Sociétés. Paris: Belin, 2003.
- OXFAM BRASIL. A distância que nos une – Um retrato das desigualdades brasileiras. Relatório de pesquisa, setembro de 2017.
- POCHMANN, M. Nova Classe média? O trabalho na base da pirâmide social brasileira. São Paulo: Boitempo Editorial, 2012.
- SAE. Secretaria de Assuntos Estratégicos. Vozes da classe média. Caderno 02 - Desigualdade, heterogeneidade e diversidade. Brasília: SAE, novembro de 2012.
- SENNETT, R. O declínio do homem público. As tiranias da intimidade. 6ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- SERPA, A; PEREIRA, A. M. C; MUNIZ, R. S. Complexificação de centralidades de comércio e serviços e ascensão social em dois bairros empreendedores no estado da Bahia CADERNO DE GEOGRAFIA, v. 27, n. 49, p. 384-410, 2017.
- SERPA, A. Empreendedorismo popular e ascensão social em diferentes contextos urbano-regionais: uma análise preliminar em dois bairros populares na Bahia. GEOgraphia (UFF), v. 17, p. 94-120, 2015a.
- SERPA, A. Lazer e trabalho no espaço urbano-metropolitano contemporâneo \\\// Leisure and work in contemporary urban-metropolitan space. MERCATOR (FORTALEZA.ONLINE), v. 14, p. 137-148, 2015b.
- SERPA, A. Segregação, território e espaço público na cidade contemporânea. In: VASCONCELOS, P. A. (Org.); CORRÊA, R. L. (Org.); PINTAUDI, S. M. (Org.). A cidade contemporânea - Segregação espacial. São Paulo: Editora Contexto, 2013. p. 169-188.
- SOUZA, J. Os batalhadores brasileiros – Nova classe média ou nova classe trabalhadora? 2. ed. revista e ampliada. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2012.
- SPOSITO, M. E. B. Segregação socioespacial e centralidade urbana. In: VASCONCELOS, P. A. (Org.); CORRÊA, R. L. (Org.); PINTAUDI, S. M. (Org.). A cidade contemporânea - Segregação espacial. São Paulo: Editora Contexto, 2013. p. 61-93.
- * Este texto é inédito. Parte de suas reflexões foi apresentada pelo autor, como palestrante convidado, na Mesa Redonda "Diversidade e desigualdade social: Conquistas e retrocessos", realizada no âmbito das atividades do XII ENANPEGE, em Porto Alegre, de 12 a 15/10/2017. Realização: ANPEGE/UFRGS.*

Angelo Serpa

Professor titular de Geografia Humana da Universidade Federal da Bahia,
Pesquisador 1B do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.
Endereço postal: Av. Princesa Leopoldina, N. 359, Apt. 602, Graça, CEP: 40150-
080. Salvador-Bahia.
E-mail: angserpa@ufba.br

Recebido para publicação em fevereiro de 2018
Aprovado para publicação em abril de 2018